



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Luana Josephino de Melo

Universidade do Estado de Santa Catarina / UDESC

luanajdemelo@gmail.com

PENTECOSTALS AND POLITICAL CULTURE.

ABSTRACT

The growth of Pentecostalism in Brazil is a growing phenomenon since the last century and that unfolds not only in advances in the religious field, but also in media influence and massive political-party participation and, furthermore, power to intervene in the civil field and defend their institutional interests. Thinking about the projection and reach of these religious groups in the political field, this paper proposes to offer some initial contributions about the relations between evangelicals and politics in Brazil, mobilizing the concept of political culture. Thus, we seek to identify the way in which Pentecostals appropriate central elements of Brazilian political

OS PENTECOSTAIS E A CULTURA POLÍTICA.

RESUMO

O crescimento do pentecostalismo no Brasil é fenômeno crescente desde o século passado e que se desdobra não apenas em avanços no campo religioso, mas, também, em influência midiática e participação político-partidária maciça e, além disso, poder para intervir no campo civil e defender seus interesses institucionais. Pensando na projeção e alcance desses grupos religiosos no campo político, esse trabalho se propõe a oferecer algumas contribuições iniciais sobre as relações entre os evangélicos e a política no Brasil, mobilizando para tanto o conceito de cultura política. Busca-se desse modo, identificar a maneira pela qual os pentecostais se apropriam de elementos centrais na cultura política brasileira, e de que forma incorporam essas práticas em suas ações políticas, analisando como tradições culturais enraizadas no interior das relações políticas brasileira, a exemplo do patrimonialismo e o clientelismo, convivem com fenômenos sociais atuais e influenciam experiências políticas do presente.

Palavras-chave: Pentecostais. Cultura política. História política.

culture, and how they incorporate these practices in their political actions, analyzing how cultural traditions rooted within Brazilian political relations, such as patrimonialism and clientelism, coexist with current social phenomena and influence present political experiences.

Keywords: Pentecostals. Political culture. Political history.

Introdução

As relações entre política e religião no campo da história política sempre estiveram relegadas ao estreitamento do olhar da disciplina que direcionava seus esforços e atenções às conexões institucionais entre a Igreja e o Estado, associações religiosas e decisões políticas de lideranças eclesiais. Com a renovação da história política esse quadro se modificou substancialmente, e essa longeva relação sofreu importantes transformações, tanto do ponto de vista metodológico e conceitual, quanto na variação de temas, objetos e novos atores sociais que viriam a ser contemplados. Isso se refletiu em pesquisas direcionadas não só ao mundo sacramental e nas relações da religião com o Estado, mas numa ampliação que passou a considerar as sociedades religiosas em sua globalidade, incluindo a influência religiosa nos comportamentos sócio-políticos e o voto cristão. Desse modo, “hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores socioeconômicos” (COUTROT, 2003, p. 331).

Essas novas configurações que incidiram nas articulações entre política e religião vêm proporcionando vigorosos debates nas ciências humanas, despertando o interesse cada vez maior de pesquisadores, da mídia e do público em geral sobre o assunto. Como aponta Henry Rousso em *A última catástrofe*, as transformações na disciplina histórica nos últimos 30 anos, colocaram no centro das preocupações do historiador temas contemporâneos ao historiador (ROUSSO, 2016). Logo, a emergência do pentecostalismo no cenário político brasileiro a partir do final dos anos 1980, é marco cronológico importante que inaugura o que Burity (1997) chamou de reestruturação do campo religioso no Brasil, mas também demarca uma importante virada nos estudos do político e do sagrado. Verifica-se, assim, uma movimentação de pesquisadores dispostos a perscrutar em seus trabalhos o papel desempenhado pelos evangélicos no campo social e político, a influência e alcance do discurso desse segmento religioso no debate público, o papel decisivo do voto evangélico nas disputas eleitorais e as implicações desses elementos nas instituições democráticas. Todos esses questionamentos demonstram a atualidade do tema e a urgência em realizar o exame mais apurado dessas novas correlações que se estabelecem entre o sagrado e o secular no cenário político nacional.

Sendo assim este trabalho busca construir algumas reflexões iniciais sobre o campo político brasileiro e os evangélicos, buscando contribuir para as discussões sobre

esse novo quadro que se desenha no Brasil pós-redemocratização com a inserção do segmento religioso evangélico e a ocupação estratégica desses grupos no campo político dentro de um período de quatro décadas. Assim, procura identificar aspectos da cultura política brasileira que estão presentes e incorporados nas práticas dos cristãos pentecostais, e que se refletem em comportamentos e condutas políticas desses agentes sociais. Pretende ainda refletir sobre as afinidades e distanciamentos entre o microcosmo religioso pentecostal inserido no contexto da sociedade brasileira. Isso pode ser realizado por meio da interpretação acerca do alcance das práticas políticas dos grupos evangélicos, os desdobramentos da presença desse segmento agindo no campo político e religioso, onde os mesmos movimentam e desempenham papel cada vez mais importante no debate público e cujas ações afetam diretamente a realidade social brasileira.

Cultura política

Com a renovação e interdisciplinarização da história política nos anos 1980, o campo da religião e suas associações com a esfera política saem do limbo das relações de Igreja e Estado/institucionais, e se aprofunda e alarga com os *insights* e referências de disciplinas como a sociologia, sociologia da religião e história religiosa, novas abordagens, personagens, objetos e a disposição de estudar as sociedades religiosas dentro da sua totalidade. Entende-se que a religião estende suas influências e domínios além da vida religiosa e que perpassa práticas sociais e culturais, está inserida e atuante no contexto de uma sociedade secular em permanente transformação, e ainda, que o “cristão comum” se tornou tão digno de interesse quanto os bispos, cardeais, figuras de autoridade ou as ordens religiosas. Nesse contexto de “renovação dos objetos e métodos da história política promovida na França no final dos anos 60” (BERSTEIN, 2009, p. 29), surge na sociologia norte-americana no contexto do pós-Segunda Guerra, a noção de cultura política que apareceu nos anos 90 na historiografia francesa e passou a ser incorporada pelos historiadores em suas análises.

Serge Bernstein (2009) vai discutir que “os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações portadora de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31), e ainda, que o historiador se beneficia desse conceito para o estudo dos comportamentos políticos uma vez que essa categoria o coloca-o na “encruzilhada da história cultural e da história política e que tenta uma

explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência” (BERSTEIN, 1998, p. 359). E como defende Rodrigo Patto Sá Motta, pode ser uma ferramenta valiosa “para entender comportamentos políticos e o peso das relações estruturais, constituindo categoria útil para os pesquisadores da história recente” (MOTTA, 2018, p.131).

O elemento da cultura política na formação do indivíduo vai se estabelecendo ao longo da vida, de forma lenta e gradual, sendo interiorizada e

reforçada pela confrontação destas com os acontecimentos surgidos durante a existência humana, continua a aumentar em poder de convicção e o papel de chave da leitura do real. A habituação do espírito à sua utilização como método de análise acaba por torná-lo um fenômeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável a crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa (BERSTEIN, 1998, p. 360).

Aplicado em um contexto religioso, a formação intelectual do indivíduo, adquirida nesses espaços coletivos e lentamente absorvidos durante a vida, constantemente repetidos através dos “[...] ritos, cerimonial, o cenário, os gestos obrigatórios, as posições prescritas, tudo isso vivido no seio de uma comunidade consensual” (COUTROT, 2003, p. 339). Todos esses fatores vão constituir um conjunto de normas e valores que determinam as atitudes políticas tanto coletivas quanto individuais dos fiéis, orientando suas escolhas eleitorais, e ainda, tornando-se essencial na medida em “que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz” (BERSTEIN, 1998, p. 359).

Enquanto, espaços de socialização, as igrejas e templos, assim como a família, escola, universidade, partidos políticos e locais de trabalho, também funcionam como vetores de integração social (BERSTEIN, 1998), no caso das igrejas é onde os cristãos experimentam práticas coletivas, além das missas/cultos, podem incluir atividades paroquiais, obras sociais, trabalho pastoral, ou seja, uma multiplicidade de lugares de formação que proporcionam a oportunidade dos fiéis se relacionarem com “outras formas de participação social, como associações de moradores e sindicatos” (FREESTON, 1999, p. 337) e terem acesso a outros locais de experimentação política. A partir dessas práticas e experiências coletivas o cristão “adquire um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subentende suas atitudes políticas” (COUTROT, 2003, p. 336). Os ensinamentos das igrejas são internalizados tão profundamente que passam

a fundamentar suas condutas sociais na vida em sociedade e determinar seus comportamentos políticos.

No caso do segmento evangélico, que será analisado neste trabalho, entendemos, ancorados em Borges (2009) e Fagundes e Gomes (2020), que os pentecostais não se articulam em torno de uma identidade política evangélica coesa e tributária de uma cultura política específica. O que se observa é a diversidade desse setor, tanto na forma de ativismo político, quanto nas estratégias mobilizadas e repertórios simbólicos acionados (ALENCAR, 2018). Burity (2006) vai apontar que “[...] não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária ou ideológica. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos [...] no que se refere ao campo ideológico” (BURITY, 2006, p. 198). Logo, eles não constituem um setor homogêneo, podendo agir ou não conjuntamente, dependendo dos seus interesses institucionais e dogmáticos de ocasião.

Esse não alinhamento pentecostal em uma identidade evangélica, vai de encontro a discussão de Berstein (2009) que aponta para a problemática do tema na contemporaneidade, onde o

o desaparecimento dos grandes projetos alternativos de sociedade tende a confundir as fronteiras entre as grandes famílias políticas, a provocar uma crise da representação democrática e a fazer emergirem movimentos sociais não diretamente partidários em torno de questões setoriais cuja justaposição não resulta claramente num todo coerente, capaz de constituir o germe de culturas políticas em gestação, quer se trate da ecologia, do feminismo ou do antiglobalismo (BERSTEIN, 2009, p. 45).

O autor chama atenção para essas novas balizas que vão conformar as culturas políticas do nosso tempo, ancoradas não mais em projetos políticos coesos e estruturados, mas a partir de questões setoriais mobilizadas por movimentos sociais, como feminismo, ecologia, e aqui talvez possa ser incluído os grupos evangélicos.

Com esses elementos centrais delineados podemos agora empreender uma análise inicial do impacto das tradições políticas enraizadas, especificamente o patrimonialismo e o clientelismo, inquirindo em que medida essas características foram incorporadas nas práticas políticas dos grupos evangélicos, sobretudo as igrejas e lideranças pentecostais e buscando, como explica Motta, observar esses indícios culturais presentes na longa duração que “reiteradamente nos interpelam, inclusive nos impasses atuais” (MOTTA, 2018, p. 114).

Os evangélicos e a política no Brasil

No Brasil as relações entre o campo político e religioso sempre foram marcadas por atravessamentos e fronteiras flexíveis em “razão de continuidades, pontes, passagens e trânsitos, ora mais intensos, ora mais reduzidos, segundo as situações e os momentos históricos” (ORO, 2006, p. 75), contrariando a “tese moderna de que entre religião e política deve haver uma fronteira intransponível, que impeça qualquer tipo de intersecção e atravessamento” (DANTAS, 2011, p. 10). Contudo, no presente essas “fronteiras” têm se tornado cada vez mais elásticas, principalmente com a ampliação da presença dos cristãos pentecostais na esfera pública e na política com a “formação das chamadas ‘bancadas evangélicas’ nos diferentes níveis políticos, indo das câmaras municipais ao Congresso Nacional, passando pelas assembleias legislativas dos estados” (ORO, 2006, p. 75). Tais mudanças no cenário político e religioso marcadas pelo alargamento da oferta religiosa, aumento significativo do número de evangélicos no país, e o ingresso dos mesmos na política partidária brasileira vai assinalar uma nova fase nas relações entre o político e o religioso, e “dada à complexidade dessas relações no campo real o que vem se desenhando é não só uma alteração da paisagem religiosa, mais uma profunda influência nas práticas da política concreta” (FRESTON, 1999, p. 335).

Pesquisadores e pesquisadoras das correntes evangélicas brasileiras discutem que a politização desses grupos aconteceu durante a década de 1980 no contexto de redemocratização. Oro (2003) vai apontar que até a Constituinte, os segmentos pentecostais incentivavam entre seus adeptos o isolamento e proibiam participações nos espaços públicos dado o incentivo a uma vida ascética dos fiéis¹. Entretanto, “conforme a abertura progredia, alguns evangélicos modificaram o que tinha sido uma rejeição liturgicamente difusa e preventiva em relação às coisas “do mundo” (em oposição às coisas de Deus e à Sua Palavra)” (COWAN, 2014, p. 104). Freston (1993) aponta a redemocratização, “quando as garantias e os direitos civis estavam sendo negociados, como o início da participação de evangélicos na esfera político-partidária e, de tal modo, essa presença visava “fortalecer lideranças internas, se resguardar das mudanças sociais que poderia ameaçar a família, captar recurso para expansão religiosa e disputar

¹ Cowan vai analisar que os evangélicos estavam imbuídos de uma “eterna batalha em curso contra todas as coisas mundanas, incluindo a política e os políticos. Tais suposições morais e de pregação representavam, sobretudo, uma rejeição evangélica tradicional a todas as coisas ‘mundanas’ e um foco deliberado na atenção sobre as coisas de Deus e Seu reino” (COWAN, 2014, p. 105).

espaços na religião civil²” (FRESTON, 1993, p. 181). E ainda, defendendo seus valores morais “contra seus adversários católicos, homossexuais, “macumbeiros” e feministas na elaboração da carta magna” (MARIANO, 2011, p. 250-251). Assim sendo, uma das facetas e motivações do ingresso dos pentecostais na Constituinte é uma reação “às transformações culturais e religiosas, não aceitas pela Igreja, que se renunciavam naquele momento histórico” (ORO, 2006, p. 110).

Um importante aspecto no que tange a participação política dos evangélicos e a sua inserção no debate público a partir da Constituinte, passa por dois pontos levantados por Alencar (2018): 1) o movimento de reconciliação seletiva dos evangélicos com a modernidade, de aproximação com a modernidade social e de repúdio a modernidade cultural³ e o 2) o papel central que o fundamentalismo religioso divulgado por essas igrejas desempenha na conformação do discurso conservador no Brasil, se constituindo enquanto “uma das facetas que balizam as visões de mundo da guinada conservadora por qual passa a sociedade brasileira” (ALENCAR, 2018, p. 102)

Mariano (2011) vai discutir que da Constituinte para cá, os evangélicos vêm ampliando o tamanho de sua bancada parlamentar, os números divulgados nas eleições de 2018 comprovam essa afirmação, indicando que dos 513 deputados federais eleitos, 84 desses parlamentares são representantes de igrejas pentecostais e/ou apoiados por esses⁴. Esses dados demonstram o papel de destaque que os setores evangélicos têm exercido na conjuntura política brasileira, com destaque para a grande capacidade de mobilização desses grupos, influência maciça político-partidária, e capacidade de desequilibrar disputas eleitorais, apoiando ou rechaçando um candidato.

Cultura política brasileira e pentecostalismo: o patrimonialismo e o clientelismo

Nessa pesquisa vamos trabalhar com dois componentes da cultura política brasileira que estão historicamente inseridos em nossa tradição nacional, o patrimonialismo e o clientelismo. Pretendemos inquirir como essas características

² Mariano e Pierucci (1992) identificam na Constituinte de 1986 o marco histórico da imersão dos pentecostais na política com “a eleição de uma bancada de 33 parlamentares evangélicos para o Congresso Nacional Constituinte em 1986” (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 93).

³ Alencar, ancorado em Habermas, indica esse movimento do neoconservadorismo de “negociação com a modernidade” indicando uma aceitação de traços da modernidade como “a industrialização, o desenvolvimento das relações de mercado e o crescimento capitalista [...] aceitam a “modernidade social”, mas recusam a “modernidade cultural” (ALENCAR *Apud* HABERMAS, 2018, p. 104). O autor vai discutir que essa “reconciliação” também é traço que surge entre os grupos protestantes históricos analisados em seu trabalho.

⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

enraizadas no imaginário político se relacionam com o “jeito” pentecostal de fazer e atuar na política, identificando a presença desses padrões culturais arraigados e, desse modo, buscando questionar se eles reproduzem em suas doutrinas e atitudes políticas, os chamados “vícios” da política brasileira.

Cabe ainda destacar que o pentecostalismo brasileiro sempre foi marcado por grande pluralidade estética, litúrgica, comportamental e de organização (SPOHR, 2010). O sociólogo Ricardo Mariano (2004), considerando as especificidades teológicas, raízes históricas, normas de conduta e distinções doutrinárias, aponta ser possível classificar o pentecostalismo em três vertentes: o pentecostalismo clássico, o pentecostalismo neoclássico e os neopentecostais⁵. Aqui o termo pentecostal adotado obedece ao critério de referência, embora entendendo que existam diferenciações entre as correntes pentecostais e suas terminologias. Para fins desse estudo, tratamos todos os grupos como pentecostais.

Algumas considerações discutidas por Motta são necessárias para entender o impacto de uma cultura política nacional no modo dos indivíduos reagirem e atuarem em situações e problemas políticos que se impõe na sua experiência social, como:

a costumeira desconfiança em relação às instituições políticas e o apego a lideranças carismáticas; a frágil adesão popular aos partidos e ao debate de ideias políticas; os baixos índices de participação política dos cidadãos, exclusão originada na escravidão e na barreira que por um século fechou a cidadania aos analfabetos; a frequente falta de confiança em ações políticas coletivas; o apreço por políticas gradualistas e a aversão a soluções radicais; as explosões intensas de participação ou de protesto popular (quebra-quebras, depredações, manifestações de rua), ao mesmo tempo superficiais e efêmeras (MOTTA, 2018, p. 120).

Importante ressaltar, ancorados na discussão de Berstein (1998, p. 354), que quando nos referimos a uma cultura política brasileira, entendemos “que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados”. Logo, o que cabe nessa reflexão é identificar e apontar alguns elementos reconhecidos e discutidos em nossa história

⁵ Mariano (2004; 2014) vai discutir que a corrente do **pentecostalismo clássico** centra seu discurso no “anticatolicismo, sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo [...] e no plano teológico, enfatizaram o dom das línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva dessa religião” (MARIANO, 2004, p. 123); O **pentecostalismo neoclássico**, é influenciado pelo evangelismo norte-americano da década de 50 conservando a base pentecostal clássica do batismo no espírito santo e a cura divina, aliado aos métodos de evangelização por meio das pregações em programas de rádio e em grandes eventos de mobilização em tendas para aproximar os pastores da população. E, por fim, sobre o **neopentecostalismo**, o autor vai destacar quatro aspectos fundamentais: “a exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo; pregação enfática da Teologia da Prosperidade; liberação dos estereotipados usos e costumes de santidade [...] e o fato de se estruturarem empresarialmente” (MARIANO, 2014, p. 36).

social, que aparecem com alguma incidência, mas entendendo que uma variedade de culturas políticas coexiste e que elas “integram e disputam um mesmo espaço nacional” (MOTTA, 2018, p. 112). Sobre o tema, Motta (2018, p. 113) defende que é preciso

admitir a existência de padrões culturais comuns a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, que ao mesmo tempo convive com culturas ou subculturas em disputa no interior do espaço nacional, enquanto estas, apesar de suas divergências, podem carregar algumas características semelhantes.

É cabível pensar que num cenário geral a cultura política hegemônica, permeie outros espaços, até mesmo os religiosos, influenciando o agir político desses grupos de diferentes maneiras e intensidades. Um exemplo das relações entre práticas religiosas do segmento pentecostal atravessado por componentes tradicionais da cultura política brasileira se apresenta nos casos de relações clientelistas que se estabeleceram entre parlamentares evangélicos e o poder Executivo.

O conceito de clientelismo, como discute José Murilo de Carvalho, de maneira geral se refere a “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, s/p). Menciona ainda que essas relações podem assumir variadas configurações, com maior ou menor incidência e intensidade nas relações entre os atores políticos. O autor aponta que as relações de clientelismo apareceram durante toda a história política brasileira “entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo” (CARVALHO, 1997, s/p).

Um exemplo conhecido desse enlace clientelístico entre os evangélicos e o poder público federal surge no Governo Sarney, envolvendo a “negociação de votos de parlamentares pentecostais, em troca de concessões de emissoras de rádio e outros favorecimentos durante o governo do presidente Sarney” (BAPTISTA, 2007, p. 27). Tais relações já haviam sido estreitadas antes mesmo desse episódio, quando o regime militar, em crise, buscava apoio de protestantes pentecostais oferecendo em troca, “visitas de cortesia, empregos, convênio, nomeações para cargos importantes, convite para pastores cursar a Escola Superior de Guerra” (FREESTON, 1993, p. 158). Recentemente essas relações clientelísticas entre os evangélicos e o Governo federal estiveram novamente no centro do debate, com a aprovação no Congresso Nacional em setembro do ano de 2020, de um projeto de lei que anulava todas as dívidas e encargos

tributários das igrejas junto à Receita Federal, soma que chegava a R\$1 bilhão de reais. Posteriormente o projeto sofreu veto presidencial, por receio da aprovação de tal medida incorrer como crime de responsabilidade, entretanto, o presidente Bolsonaro lamentou não poder cancelar a medida e incentivou a bancada evangélica a derrubar o veto⁶. Tanto o projeto, de autoria do deputado David Soares (DEM-SP), filho do pastor R.R Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, e uma das beneficiárias com o perdão da dívida, quanto o posicionamento do presidente da República diante da proposta, preocupado em afagar sua base política evangélica, demonstram a existência de relações com características clientelistas entre o poder Executivo e o segmento evangélico, que respaldou sua eleição e hoje é base política importante para o governo Bolsonaro.

Quando nos referimos a práticas políticas enraizadas e interiorizadas por grupos evangélicos, importante demarcar, que nem todos se apropriam desses componentes da mesma forma, nem tem a mesma aderência com relação a essas características. Coutrot analisa que “da mesma forma que sempre existiram muitas correntes teológicas, há muitas espiritualidades modeladoras de comportamentos profundamente dessemelhantes em relação ao mundo e à sociedade política⁷” (COUTROT, 2003, p. 337). Ou seja, se de um lado observamos a politização evangélica nos anos 80 atrelada a um discurso de combate a “crise moral” que viria a se tornar o alicerce para sua inserção e atuação na esfera política, vinculada a temas e pautas morais alinhadas a uma direita conservadora, por outro lado, no mesmo período, podemos identificar também o ingresso de evangélicos progressistas vinculando suas práticas políticas com valores da esquerda, diferentes concepções de mundo e sociedade, e vindo a rivalizar com os seus pares conservadores.

Sobre a inserção evangélica na política no final do século XX, Rivera e Fidalgo apontam que a mesma é profundamente marcada por indícios patrimonialistas, uma vez que a já citada “crise moral” impunha a necessidade de salvaguardar os valores familiares e cristãos, e foi uma das justificativas para a postura apolítica do segmento

⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/artigo-perdao-das-dividas-deus-no-ceu-e-algumas-igrejas-evangelicas-na-terra>. Acesso em: 07 de jun. 2021.

⁷ Sobre o tema Coutrot vai indicar que um exemplo de posturas políticas diversas encontradas em correntes teológicas de uma mesma religião é o caso dos católicos apolítico x militante engajado: “a indiferença básica pelas realidades temporais de cristãos que voltam todos os seus pensamentos para a outra vida opõe-se a uma espiritualidade da encarnação que leva a sério a prefiguração do reino a ser construído desde aqui embaixo, o engajamento da Igreja que une o homem ao Cristo, a salvação não individual, mas coletiva, de toda a humanidade” (COUTROT, 2003, p. 337).

evangélico gradualmente se transformar numa posição impositiva dos seus valores religiosos na esfera pública, e ainda de “‘lambuja’ passaram a pleitear benefícios privados na ‘esfera pública’, seja uma isenção fiscal, um privilégio jurídico, ou mesmo um título honorífico” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 85). O conceito de patrimonialismo é velho conhecido das ciências humanas e sociais e tem sido largamente utilizado nas discussões teóricas que tentam dar conta de pensar sobre o impacto das relações de embaralhamento nas fronteiras entre o público e o privado com a desigualdade e atraso social e econômico da sociedade brasileira. Segundo Rivera e Fidalgo

o patrimonialismo é um processo racional de apropriação de um bem social, econômico e político público como se fosse privado, por parte de uma pessoa, grupo, ou instituição que teme perder seus privilégios (ou que busca adquirir esses mesmos privilégios, ou mais outros se possível) frente a qualquer forma de concorrência do que é entendido como próprio e legítimo de quem o detém (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 91).

Trazendo essa definição para as relações no presente, podemos observar, como já foi citado, os vínculos patrimonialistas entre o poder político e os grupos pentecostais, na movimentação e organização da Bancada Parlamentar Evangélica (BPE) e sua agenda moral e de costumes, atuando sobre questões relativas a direitos reprodutivos, sexualidade e gênero, direitos das mulheres e de grupos LGBTQ+. Segundo Fagundes e Gomes, hoje a bancada evangélica é uma das mais articuladas no Congresso nacional, constituindo uma força política considerável e “atuando de forma coesa em temas relacionados às liberdades individuais, onde defendem bandeiras importantes para suas visões religiosas de mundo” (FAGUNDES; GOMES, 2020, p. 5), e desse modo “impor ao resto da sociedade, não evangélica, valores, princípios e costumes que são próprios desses grupos religiosos” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 78). Essa diminuição do espaço público em detrimento do alargamento do privado é um contrassenso no que subentende-se por democracia, que em tese comportaria em sua tradição os “princípios cidadãos de igualdade que garantem o direito à diferença e prezam a diversidade, o pluralismo e a tolerância” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 78). Logo, o assalto e a introjeção de valores e normas de crenças religiosas privadas no espaço público, bem como “o apetite de líderes evangélicos em ganhar cargos e funções públicas, no Legislativo e Executivo” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 92) contraria totalmente essa determinação essencial democrática. E o que os autores apontam é “um recuo a práticas patrimonialistas justificadas religiosamente” (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 92). E, ainda,

como discute Borges, “um processo de redefinição da fronteira entre o público e o privado” (BORGES, 2009, p. 254)

Considerações finais

As reflexões apresentadas nesse trabalho revelam algumas das afinidades que grupos evangélicos estabelecem com valores tradicionais da cultura brasileira, o clientelismo e o patrimonialismo, demonstrando que a atuação política institucional desses grupos é atravessada por esses elementos que incidem sobre a forma como os mesmos se posicionam e agem politicamente, seja na defesa das suas crenças e valores religiosos ou para salvaguardar seus interesses institucionais/partidários. Como afirmou Motta, o conceito de cultura política se torna tão atraente entre historiadoras e historiadores por conseguir identificar “os aspectos de uma cultura que são mais resistentes à mudança, que reforçam a tradição” (MOTTA, 2018, p. 131). Nesse caso, alguns indícios fazem perceber como atores políticos tão jovens no cenário político brasileiro, como são os pentecostais, com uma atuação que remonta ao final dos anos 1980, reproduzem em suas atuações e em seus comportamentos, práticas patrimonialistas e clientelistas que resistem no interior das relações políticas e culturais do Brasil há muito tempo. Aqui cabe uma pequena observação de como a cultura política aponta para essas camadas de longa duração, de eventos, acontecimentos, tradições enraizadas que convivem com fenômenos sociais atuais, e influenciam experiências políticas do presente.

A história recente está repleta de exemplos desses hábitos, que perpassam os mais diversos grupos políticos, mas aqui cabe frisar, no que tange os evangélicos, as práticas apontadas nessa pesquisa dão conta do coletivo, sobretudo, das escolhas políticas de lideranças, parlamentares e as próprias instituições religiosas, nas suas relações com o poder político. A adesão pentecostal a esses “vícios culturais” que permeiam as tradições culturais em terras brasileiras aparece como fator que influencia as decisões e escolhas políticas, elas balizam alguns limites, mas “ainda assim, estes sempre fazem escolhas [...]” (MOTTA, 2018, p. 131). E por fim, demarcar que as ações e discursos de agentes religiosos pentecostais na arena política, não só inaugura uma nova fase participativa desse grupo no espaço público, mas também contribui para que o religioso amplie ainda mais seu campo de atuação, propondo alternativas e respostas para os dilemas da contemporaneidade, articulando novas maneiras de ser e agir no

mundo, e desse modo, se estabelecendo ainda mais como tema da atualidade e de relevância inquestionável.

Referências

- ALENCAR, Gustavo de. *Evangélicos e a nova direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as interlocuções com a política*. **Teoria e cultura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 13, n. 2, dez., p. 101-117, 2018.
- BAPTISTA, Paulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. 2007. 562p. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecilia... [et al.] (Orgs). **Cultura política: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editoria FGV, p. 29-46, 2009.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX & SIRINELLI (Orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p.349-363, 1998.
- BORGES, Tiago D. P. *Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros*. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, jan./jun, p. 149-171, 2009.
- BURITY, Joanildo A. **Identidade e política no campo religioso: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1997.
- BURITY, Joanildo A. *Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002*. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006, p. 173-213.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, s/p, 1997.
- COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-363.
- COWAN, Benjamin Arthur. *Nosso terreno: crise moral, política evangélica e formação da “Nova Direita” brasileira*. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, jan./abr., 2014.
- DANTAS, Bruna Saruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FAGUNDES Ailton Laurentino Caris; GOMES, Bruna Caroline Machado. *O poder da bíblia: crenças e organização das igrejas evangélicas na política brasileira*. **OP SIS**, Catalão, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2020.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993, 303 f. Tese (Doutorado), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e democracia no Brasil*. **Lusotopie**, p. 329-340, 1999.

GIUMBELLI, Emerson. *A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil*. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*. **Novos Estudos**, n. 34, p. 92-106, 1992.

MARIANO, Ricardo. *Laicidade a brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, mai./ago., p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar., 2018.

ORO, Ari Pedro. *Religião e política no Brasil*. In: ORO, Ari Pedro (Org). **Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai**. São Paulo: Attar, 2006, p. 75-132

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

RIVERA, Paulo Barrera; FIDALGO, Douglas. *Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente*. **Estudos da Religião**, v. 33, n. 2, 2019, p. 77-99.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. In: **A história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 219-279.

SPOHR, Inácio. *Os pentecostais e a democracia da cultura religiosa brasileira*. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ed. 329, p. 17-19, 2010.

Luana Josephino de Melo

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atualmente bolsista CAPES.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1632788420512814>

Artigo recebido em: 22 de agosto de 2021.

Artigo aprovado em: 19 de outubro de 2021.